

O APORTE DA ANTROPOLOGIA DO CONSUMO E A INSUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ATUAL

Donária Queiroga de Sousa¹
Eduardo de Figueiredo Magrin²

RESUMO: O presente trabalho analisa as contribuições da antropologia do consumo para compreensão da insustentabilidade socioambiental atual, haja vista o número reduzido de pesquisas que abordam essa complexa relação no Brasil. A metodologia utilizada para o estudo foi uma pesquisa bibliográfica com elementos dialógicos e abordagem estritamente qualitativa. Assim, após a discussão das principais linhas interpretativas das temáticas desenvolvimento sustentável e antropologia do consumo, constatou-se a multiplicidade de interpretações e controvérsias em torno delas, evidenciando suas complexidades. O presente estudo também demonstrou o fato da antropologia do consumo ter se tornado um campo disciplinar essencial para compreensão da crise ambiental instaurada no planeta.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Sustentável; Antropologia do Consumo; Estilo de Vida.

THE CONTRIBUTION OF CONSUMPTION ANTHROPOLOGY AND THE CURRENT SOCIAL AND ENVIRONMENTAL UNSUSTAINABILITY

ABSTRACT: This paper analyzes the contributions of anthropology and consumption, to understand current social and environmental unsustainable practices; we noticed, in Brazil, there is a small amount of research about this complex relationship. The methodology used was bibliographic research with dialogic elements from a strictly qualitative approach. After the discussion of the main interpretative aspects of sustainable development, and anthropology and consumption, there were multiple interpretations and controversies surrounding them, showing its complexity. This research also demonstrated the fact that anthropology and consumption has become an essential disciplinary field to understand the planet's environmental crisis.

KEYWORDS: Sustainable development; Anthropology of Consumption; Lifestyle.

INTRODUÇÃO

A revisão da literatura sobre o desenvolvimento apresenta uma multiplicidade de interpretações e controvérsias que evidencia seu caráter ambíguo e conflituoso. Porém, ao longo dos anos em que o debate sobre o desenvolvimento tem sido travado e ampliado, uma concepção vem ganhando espaço nos mais diversos ciclos – desenvolvimento sustentável. Esse modelo de desenvolvimento teve seu conceito consagrado pela Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (CMMAD) como “o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 9).

¹ Especialista em Antropologia Intercultural. E-mail: donariamagrin@gmail.com

² Mestre em Desenvolvimento Regional. E-mail: dudamagrin@hotmail.com



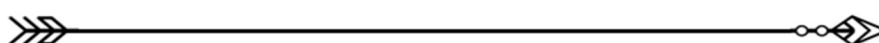
Na verdade, a problemática socioambiental instaurada no planeta nas últimas décadas conferiu à discussão em torno da sustentabilidade uma relevância que vai além do viés econômico, político ou ideológico. Segundo Leff (1999), a natureza reagiu à opressão da manutenção dos modelos econômicos tradicionais, e esse fato desencadeou uma força destrutiva, ameaçando a estabilidade e a sustentabilidade do planeta. Para o autor, as consequências dessa reação também afetaram diretamente a economia mundial, podendo ser considerado um câncer generalizado e incontrolável, ainda mais grave do que as crises cíclicas do capital.

Destaca-se ainda que a complexidade para compreender a insustentabilidade atual do planeta tornou-se ainda maior nas últimas décadas. Durante muito tempo limitou-se a relacionar a degradação ambiental com o nefasto processo produtivo. Contudo, conforme Portilho (2005), a partir da década de 1990, houve um deslocamento discursivo dos problemas ambientais ocasionados pela produção para os ocasionados pelo consumo.

De acordo com Eddine, Vettorazzi e Freitas (2008), nesse período, ampliou-se a percepção de que a crise ambiental estava intimamente ligada aos atuais padrões de consumo, motivando a emergência de um novo discurso do ambientalismo global. Essa crise ambiental passa a ser identificada, sobretudo, com os padrões de consumo das sociedades afluentes e seu estilo de vida.

Assim, compreende-se o motivo de as pesquisas sobre o consumo assumirem atualmente um papel de destaque tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, gerando uma relevante troca interdisciplinar a partir das pontes entre, por exemplo, cientistas sociais, formuladores de políticas públicas e ambientalistas. No Brasil, o interesse pelo estudo do consumo ainda é tímido, porém a situação já foi pior. De acordo com pesquisa realizada por Barbosa e Gomes (2000) em dois dos maiores centros de pós-graduação do país, constatou-se que, até o ano 2000, não havia nenhuma pesquisa sobre o assunto (BARBOSA, 2006).

Contudo, percebe-se que, de fato, as discussões ambientais mudaram de eixo, pois o consumo tornou-se uma temática indispensável, ou melhor dizendo, central para compreensão da crise ambiental instaurada. Por isso, acredita-se que a proposta de pesquisa ora apresentada – analisar as contribuições da antropologia do consumo para compreensão da insustentabilidade socioambiental atual – é de grande relevância para o debate acadêmico-científico. Amplia as contribuições do enfoque teórico e oferece dados para que todos os



atores sociais envolvidos com o tema possam aumentar a compreensão dos impactos do consumo sobre a sociedade e o meio ambiente.

Desse modo, o objetivo geral deste estudo é analisar as contribuições da antropologia do consumo para compreensão da insustentabilidade socioambiental atual. Os específicos se limitam à discussão das principais linhas interpretativas das temáticas desenvolvimento sustentável e antropologia do consumo, bem como seus entrelaçamentos.

Relativo à metodologia, em função do objeto de estudo, optou-se por uma pesquisa bibliográfica com elementos dialógicos e abordagem estritamente qualitativa. No primeiro momento, iniciou-se uma revisão bibliográfica com base em aportes teóricos que analisam as categorias analíticas antropologia do consumo e desenvolvimento sustentável. No segundo momento, foi desenvolvida uma discussão sobre seus entrelaçamentos.

Por fim, destaca-se que este trabalho está dividido em três tópicos principais. O primeiro se destinou a introduzir o trabalho. Nele são apresentados os temas da pesquisa e a justificativa de suas escolhas, a questão de pesquisa, os objetivos que delineiam o estudo e, finalmente, seu escopo metodológico. O segundo tópico refere-se à fundamentação teórica, espaço destinado a diferentes abordagens teóricas acerca das temáticas propostas no trabalho – antropologia do consumo e desenvolvimento sustentável. No terceiro tópico, consta a discussão dos entrelaçamentos entre os temas da pesquisa.

SUSTENTABILIDADE: ENTRE A AMBIGUIDADE E A LEGITIMAÇÃO

A gênese do conceito de desenvolvimento sustentável está intimamente ligada às décadas posteriores à Revolução Industrial, sobretudo, às primeiras do século passado. É um período marcado não somente por um acentuado crescimento econômico e científico, como também por grandes problemas socioambientais, haja vista o ocorrido em Londres no ano de 1952, que, em aproximadamente três dias, quatro mil pessoas perderam suas vidas em razão de um fenômeno de inversão térmica que impossibilitou a dispersão dos poluentes causados pela combustão de carvão e pela atividade industrial local (LEMOS, 2010).

Fatos como esse, somados aos lançamentos das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, impulsionaram o aumento da preocupação com os problemas sociais e ambientais, culminando com diversas iniciativas para discutir a relação entre meio ambiente e desenvolvimento na década de 1970 (LEMOS, 2010). Até então, o meio ambiente era percebido como um mero meio para atingir o desenvolvimento, que, por sua vez, era



considerado como um sinônimo de crescimento econômico (NOSSO FUTURO COMUM, 1991).

Vizeu (2012) destaca alguns estudos fundamentais para essa sedimentação do conceito de desenvolvimento sustentável. Entre eles, o relatório do Clube de Roma, o qual, a partir de modelos matemáticos de pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), buscava demonstrar que o planeta não suportaria o modelo de crescimento da época. Além disso, o autor ainda destaca o advento do movimento *hippie*, sua relação com as questões ambientais e a crise do petróleo no início da década de 1970.

Barbieri (2011), por sua vez, ao analisar a construção do conceito de desenvolvimento sustentável, enfatiza as diversas conferências sobre meio ambiente ocorridas mundialmente, as quais teriam estimulado inúmeros aspectos relacionados a essa temática. Assim, justificase o seu destaque à UNESCO – uma das iniciativas do pós-guerra da ONU para construção de meios para buscar uma paz duradoura. Ainda segundo o autor, esse órgão teria sido o principal articulador dessas conferências, e uma de suas idealizações – a Conferência sobre a Biosfera, realizada em Paris, em 1968 – pode ser classificada como o grande marco do movimento pelo desenvolvimento sustentável.

Sachs (2002), refletindo sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, acrescenta a importância da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (CNUMA), em Estocolmo, em 1972. Lembra que a CNUMA, que possibilitou a ampla discussão da dimensão ambiental, foi precedida pelo encontro Founex na Suíça, em 1971, onde fora tratado, primariamente, sobre as dependências entre meio ambiente e desenvolvimento.

Ainda que a Conferência de Estocolmo tenha fixado as bases para uma nova compreensão de desenvolvimento, como assinala Barbieri (2011), os reflexos dessa conferência não foram animadores. Em 1983, o secretário geral das Nações Unidas indicou Gro Harlem Brundtland, então primeira-ministra da Noruega, para coordenar a iniciativa que ficou conhecida por Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

Suas atividades foram concluídas somente em 1987, culminando com a publicação do relatório *Nosso Futuro Comum*, também intitulado *Relatório Brundtland*. Esse relatório consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 9).



Vale ressaltar que tanto essa definição quanto o grupo que a define estão longe de serem unanimidades nas mais diversas esferas. Na verdade, o discurso conciliador e atraente da sustentabilidade a partir de diversos grupos, principalmente os de vieses capitalistas, como CMMAD, para analistas como Lima (2003) e Carvalho (1991), apenas camuflaria uma operação político-normativa e diplomática, cuja finalidade seria esconder as contradições expostas e não respondidas pelo modelo de desenvolvimento economicista.

Dessa forma, o que pode ser visto no campo da discussão sobre sustentabilidade é uma diversidade de perspectivas. Para fins didáticos, Lima (2003) aponta duas grandes tendências interpretativas que, para ele, polarizariam a discussão atual, e a partir delas se posicionaria toda a multiplicidade de inclinações político-filosóficas em torno da ideia da sustentabilidade. De um lado a corrente considerada mais popular, a qual

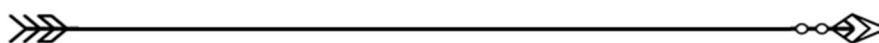
[...] corresponde ao discurso oficial da sustentabilidade, que detém a hegemonia presente do campo, e que, para muitos efeitos, atua como a ‘verdade’ sobre o tema. Compreende o desdobramento da proposta de sustentabilidade, originada nos trabalhos da Comissão Brundtland e reproduzida nas grandes conferências internacionais e nos programas governamentais sobre meio ambiente e desenvolvimento (LIMA, 2003, p. 108).

Do outro lado, uma matriz que se posicionaria opostamente à versão oficial e assinala que a sustentabilidade pode ser entendida como

[...] uma concepção complexa ou multidimensional de sustentabilidade que tenta integrar o conjunto de dimensões da vida individual e social... Prioriza o preceito de equidade social e desconfia da capacidade do mercado como alocador de recursos... Para evitar o economicismo e o universalismo implícitos na proposta de desenvolvimento sustentável, essa matriz prefere utilizar a expressão “sociedade sustentável” para salientar as ideias de autonomia política e singularidade cultural de cada país tidas como necessárias à realização de uma sustentabilidade complexa. Os defensores dessa matriz complexa de sustentabilidade reagem aos reducionismos econômico e tecnológico, que segundo elas caracterizam o discurso oficial, e consideram que não há sustentabilidade possível sem a incorporação das desigualdades sociais e políticas e de valores éticos de respeito à vida e às diferenças culturais (LIMA, 2003, p. 108).

Diante do exposto, compreendem-se a razão pela qual muitos teóricos interpretam o conceito de desenvolvimento sustentável como um contrassenso e/ou um conceito de características simplistas, que na prática não tocaria a realidade. Em outras palavras, uma mera “tentativa sedutora de salvar o crescimento” (LATOUCHE, 2007, p. 113).

Leff (1999), por sua vez, também reafirma ambiguidade do termo, mostrando sua dupla potencialidade. Para esse autor, “o discurso do desenvolvimento sustentável não é homogêneo. Pelo contrário, expressa estratégias conflitantes que respondem a visões e



interesses diferenciados. Suas propostas vão desde um neoliberalismo econômico, até a construção de uma nova racionalidade produtiva” (LEFF, 1999, p. 123).

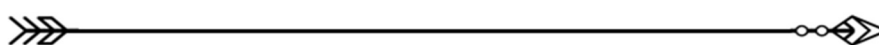
Diante do exposto, nota-se que diversos segmentos utilizam o discurso da sustentabilidade com um propósito espúrio. Apesar das discussões levantadas quanto à sua ambiguidade, viabilidade e implicações práticas, autores como Sawyer (2011) e Sachs (2002, 2004) ainda o consideram como um modelo de desenvolvimento que pode e deve ser promovido. Como apresentado por Leff (1999), apesar da heterogeneidade dos segmentos ligados a esse conceito, há no discurso de diversos grupos a proposta de uma racionalidade inovadora.

Da mesma forma, Veiga (2005, p. 187), finalizando um de seus livros sobre o tema, afirmou ser ele destinado às pessoas que “pressentem que o desenvolvimento sustentável é um dos mais generosos ideais da humanidade, mas que, simultaneamente, percebem que a nebulosidade e ambiguidade da expressão geram inevitáveis ilusões”. Esse autor vai além, pois desconsidera algumas dessas concepções levantadas pelos críticos quanto à ambiguidade do substantivo estabelecido para tratar a relação entre desenvolvimento e meio ambiente – sustentabilidade – e, conseqüentemente, a necessidade de estabelecer-se uma definição. Em sua ótica, esses críticos deveriam ser questionados se, por exemplo, há uma definição precisa de “justiça”, pois, para ele, essa é uma noção bem mais antiga e nem por isso menos controversa.

Veiga (2010), ainda que reconheça a ambiguidade da definição de sustentabilidade mais aceita, a advinda do Relatório Brundtland, salienta que, por ser uma questão essencialmente de cunho ético, é importante essa ideia ter se fortalecido tanto nas últimas décadas, ainda que não possa ser considerada um conceito científico. Para o teórico, a sustentabilidade jamais será uma noção de ordem analítico-aritmética ou estará em estado puro, pois a imprecisão, a contradição e a complexidade sempre lhes serão por companhia.

Diante dessa perspectiva, o autor ressalta a existência de diversos termos/noções significativos, porém totalmente distantes de definições objetivas e consensuais, como o exemplo da felicidade. Assim, ainda que diversos grupos tenham inserido esse termo em seus discursos com vistas à camuflagem de um modelo economicista, não comprometeria a legitimidade desse novo valor.

De acordo com Sachs (2002), para que as ambiguidades sejam minimizadas e a consciência sustentável ampliada, esse conceito deve ser cada vez mais difundido e discutido. Para o autor, o desenvolvimento sustentável seria fundamentado, no mínimo, em oito



critérios distintos de sustentabilidade. O critério *social* está relacionado à busca de uma significativa homogeneidade social, somado à oferta de empregos que possam conferir qualidade de vida decente e ao acesso igualitário a recursos e serviços sociais. O *cultural* está vinculado à promoção do equilíbrio entre inovação e respeito à tradição, além do repúdio à incorporação de modelos de desenvolvimento alienígena. O critério *ecológico* corresponde à salvaguarda da capacidade de o capital natural produzir recursos renováveis e restringir a utilização dos recursos não renováveis. O *ambiental* refere-se à necessidade de respeitar e realçar o potencial de autodepuração dos ecossistemas da natureza. O critério *territorial* aponta para o equilíbrio de investimentos públicos no urbano e no rural, a evolução do ambiente urbano, a equidade regional e ainda a preservação da biodiversidade a partir do eco desenvolvimento.

O autor também destaca o critério *econômico*, pautado, entre outros aspectos, pelo equilíbrio econômico entre os diversos setores, pela aptidão de, ininterruptamente, modernizar os instrumentos de produção e pelo ingresso na economia internacional sem sacrificar sua soberania. Por fim, Sachs (2002) destaca os critérios *políticos – nacional e internacional*. O primeiro sugere, entre outros elementos, uma democracia baseada na apropriação universal dos direitos humanos, o estímulo para implementação de um projeto nacional e uma significativa coesão social. Quanto ao segundo, pode-se dizer, resumidamente, que assinala a eficácia da ONU para garantia da paz, maior cumplicidade Norte-Sul na busca pelo desenvolvimento, efetivos controles institucionais – financeiro e ambiental, manutenção das diversidades biológicas e culturais, além da prevenção das mudanças globais negativas.

Por fim, destaca-se que esse ideal de desenvolvimento tem sido cada vez mais comprometido em razão dos atuais padrões de consumo global. Por isso, o próximo tópico abordará aspectos relacionados à antropologia do consumo, dada sua significativa relevância nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável.

ANTROPOLOGIA DO CONSUMO: A CHAVE HERMENÊUTICA DA SOCIEDADE

Apesar da constatação de que a expansão dos bens de massa e do consumo foi anterior ao surgimento da antropologia moderna, sabe-se que, desde o início do século XX, havia diversas pesquisas antropológicas que abordavam tópicos acerca de moeda primitiva ou bens de prestígio, além de sistemas e esferas de troca. Assim, autores como Duarte (2010)



questionam o fato de esses motes não terem estabelecido um campo específico e consolidado que demonstrasse uma valorização rígida pelo consumo.

Para essa autora, quando se busca elucidar os motivos da negligência ao estudo do consumo pela antropologia ao longo das décadas, tem-se como resultado sua inclinação pelas sociedades pré-industriais. Na verdade, essa leitura dualista, quase maniqueísta, entre sociedades pré-industriais e industriais constituiu-se um entrave para viabilização das análises das interações entre coisas e pessoas, não obstante o tipo de sociedade e seu modo de produção (DUARTE, 2010).

De acordo com a autora, essa negligência não se restringiu ao campo antropológico, pois algumas obras, como a de Miller (1995), evidenciam que o consumo também foi preterido em outras áreas disciplinares, como na geografia, na história e na sociologia. Nessas áreas, a preocupação e conseqüente ênfase permaneciam sobre o sistema e a sociedade capitalistas, tornando evidente a natureza secundária do consumo diante da primazia do estudo da produção. A partir do exposto, Duarte (2010) defende que os justos ataques a toda forma de opressão e desigualdade impulsionadas pelo sistema capitalista não podem comprometer a pesquisa acurada das relações entre sociedade e bens materiais.

Ao refletir sobre essa tendência histórica das diversas áreas disciplinares de privilegiar o estudo da produção, uma vez que o consumo não é compreendido por muitos como detentor de uma complexidade independente, Barbosa (2006, p. 11) relativiza o dogmatismo dessa linha interpretativa que assevera que “a única coisa que as pessoas procuram hoje nos bens e serviços são suas propriedades simbólicas, como vias expressas de obtenção e manutenção de um status”.

De acordo com a autora, essa compreensão antropológica está arraigada ao pressuposto, geralmente encoberto, de que a relação da nossa sociedade com os bens e os serviços específicos permaneceria sob a égide do caráter funcional e utilitário caso não houvesse a eclosão da subjetividade superficial moderna e as manipulações do capitalismo tardio.

Barbosa (2006), todavia, adverte que a simples leitura de uma obra clássica de antropologia, como *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Malinowski (1976), ou *O Desconforto da Riqueza*, de Schama (1992), implicaria a concepção de que não há, e nunca houve, sociedade que tenha se relacionado com o mundo material a partir de uma natureza exclusivamente funcional. Além dessas obras citadas, corrobora com essa perspectiva as observações do “pai” da antropologia francesa – Marcel Mauss.



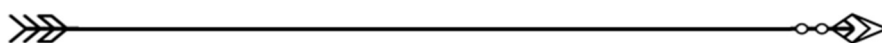
O sobrinho e discípulo de Émile Durkheim, em seu *Ensaio sobre a Dádiva*, ao analisar as trocas ritualizadas de presentes entre polinésios, concluiu que, “no presente recebido e trocado, cria uma obrigação, é o fato de que a coisa recebida não é inerte”. Assim, “o doador tem uma ascendência sobre o beneficiário” (MAUSS, 1974, p. 54). Essa percepção evidencia que o mundo material, nas mais diversas sociedades, para além da funcionalidade, estabelece e solidifica relações, normas e valores. Nas palavras de Miller (2013, p. 103), “o que chamamos de sociedade ou treco são separações artificiais vindas do mesmo processo”.

Assim, uma vez admitida a complexidade inerente à relação das sociedades com o mundo material, entende-se por que, a partir da década de 1970, autores, como Douglas e Isherwood (1978) e Bourdieu (1979), impulsionaram o subcampo disciplinar “antropologia do consumo” ao *status* de realidade. Sobre essa transição, o sociólogo inglês Mike Featherstone (1995), um dos principais pesquisadores dessa área, levanta a hipótese de que o consumo e a cultura alcançaram um patamar mais crucial na análise tanto das relações sociais quanto das representações culturais quando comparados à esfera da produção e à economia.

Por isso, conforme esse sociólogo, há coerência no fato das pesquisas atuais focarem a cultura de consumo para entender melhor as relações sociais, visto que as sociedades contemporâneas ocidentais se caracterizam cada vez mais intensamente pela oferta excessiva de bens simbólicos e por suas inclinações para desclassificação e desordem cultural, essas classificadas por alguns de pós-modernismo. Para ele, esses elementos têm estimulado crescentemente a conceituação de questões relativas tanto aos anseios e aos prazeres quanto aos contentamentos estéticos e emocionais provenientes das práticas de consumo, não abordando apenas a lógica de manipulação do marketing.

Portanto, nota-se que, para os pesquisadores desse eixo interpretativo, deve haver uma postura analítica que possa ir além da avaliação negativa dos prazeres do consumo. De acordo com Barbosa (2006), ignorar a ambiguidade do termo *consumo* bem como suas implicações distintas resulta na reprodução do senso comum. Por isso, acredita-se na urgência de compreender o consumo além da alienação, do comprometimento da autenticidade, ou da postura individualista culturalmente empobrecedora. Segundo a autora, é um erro não perceber que o consumo implica manipulação e experiência, exaustão e realização, destruição e criação. Sobre esse entrelaçamento, pode-se dizer que,

Paradoxalmente, consumo significa tanto “destruir” (no sentido de usar até acabar ou esgotar) quanto criar (na acepção de fazer uso de, usufruir) [...] Os dois lados



da natureza ambivalente do consumo parecem caminhar juntos quando agimos como consumidores. Daí a razão pela qual tantas pessoas querem consumir tanto. Entretanto, essa ambivalência causa todos os tipos de problemas teóricos e dificuldades conceituais naquilo que hoje se chama de estudos de consumo (CLARKE; MARCUS; HOUSIAUX, 2003, p. 2).

Essa perspectiva torna-se evidente quando há a constatação de que os mesmos elementos que nos fornecem abrigo e alimento, além do suprimento de outras necessidades básicas humanas, são consumidos de maneira destrutiva e empregados para outras finalidades, como a mediação das relações sociais, construção de identidade e distinção de pessoas e grupos. Dessa forma, a utilização do mundo material auxiliaria a humanidade tanto na “descoberta” como na “constituição” da subjetividade e da identidade, conforme ressalta Barbosa (2006).

Outros autores, como Campbel (2006), também interpretam o consumo como meio singular para a compreensão da identidade do ocidental atual. Esse autor ainda vai além, pois, segundo ele, as múltiplas possibilidades de escolhas ofertadas, característica marcante da sociedade consumidora moderna, configura um cenário propício a suscetíveis autoexames. Salienta não sugerir a derivação da identidade de um bem de consumo ou serviço disponível, antes é a avaliação das reações a eles que possibilita compreender melhor quem “realmente somos”.

Quanto a isso, lembra que as gerações anteriores, ainda que também fossem consideradas consumistas, concebiam suas identidades bem mais distantes a esses estímulos, uma vez que a identidade estava indiscutivelmente alinhada ao *status* e/ou à posição do indivíduo no trabalho, religião, família, nacionalidade e etnia. Desse modo, Campbell (2006) destaca que, em décadas passadas, era bem mais relevante enfatizar um *status* de fazendeiro, pai, presbiteriano ou sueco que uma afinidade por vinho, literatura, música ou alguma atividade de lazer.

Vale ressaltar que esse novo formato do indivíduo compreender subjetividades de sua identidade é fruto de um fenômeno cada vez mais presente nas sociedades ocidentais. De acordo com Campbell (2006), visto que as “grandes narrativas” perderam suas forças, poucos creem num “porto seguro” cultural e, conseqüentemente, não encontram um local estável para “atracarem” o senso de identidade.

Diante disso, o autor conclui que as atividades dos consumidores atuais devem ser consideradas como reação ao que muitos consideram crise de identidade. Entretanto adverte que, apesar de considerar o consumismo fundamental para os indivíduos confirmarem ou



até cunharem suas identidades, não crê que o consumo exacerbe essa crise de identidade, na verdade, para o autor, geralmente esse é o meio principal dos indivíduos resolverem essa situação.

Essa realidade traz consigo um fenômeno com impactos profundos na sociedade. Segundo Campbell (2006), uma vez que o consumismo moderno é caracterizado por um individualismo exacerbado e pelo absoluto direito do indivíduo decidir que serviços e bens consumir a partir de seus sentimentos e emoções, uma crise de autenticidade da existência é estabelecida. Conforme o autor, essa autenticidade é uma necessidade psicológica que necessita ser reproduzida continuamente.

Campbel (2006) salienta que, quando os indivíduos são expostos novamente aos mesmos estímulos, isto é, aos mesmos serviços e bens, é impossível que gerem algo tão intenso como na primeira vez. Na verdade, a tendência é que o tédio seja a principal consequência dessa repetição. Daí a necessidade de novos estímulos para ininterrupta busca pela reafirmação ontológica e proteção contra o tédio que destrói gradativamente o senso de identidade.

O problema é que essa necessidade ontológica dos indivíduos da sociedade de consumo está inserida em um mundo cujo formato produtivo está absolutamente alinhado às estratégias de marketing. Assim, para Eddine, Vettorazzi e Freitas (2008), as pessoas passam a ter suas prioridades regidas por um sistema de marketing extremamente eficiente voltado ao crescimento da demanda, mesmo que as necessidades reais de obtenção desses bens e serviços sejam inevitavelmente discutíveis.

Em suas palavras, “a sobrevivência dessa sociedade depende da criação de necessidades por novos produtos, pois, logo que um produto é lançado no mercado, ele deve ser consumido intensamente e em seguida substituído por outro” (EDDINE; VETTORAZZI; FREITAS, 2008, p. 235). Destarte, acredita-se que esse mecanismo do mercado ocorre não somente pela demanda do indivíduo, que de forma alguma deve ser desprezada, mas também pela necessidade de manter o crescimento da produção.

Segundo Maduro-Abreu (2010), os próprios estudos que advogam a “revolução do consumo”, que resultou no surgimento da cultura de consumo, o reconhecem a partir de uma orientação produtivista. Por isso, ao refletir sobre a condição dos cidadãos reduzidos ao *status* de consumidores, o autor afirma que, ao consumirem nesse processo do mercado, tenderiam a uma postura individualista e egoísta sem a necessária preocupação com as



consequências de suas decisões. Isso, conforme o autor, seria uma ameaça tanto à integridade dos ecossistemas como de outras pessoas, geralmente distantes geográfica e temporalmente.

Diante do exposto, fica evidente a relevância do presente trabalho em analisar as contribuições da antropologia do consumo para compreensão da insustentabilidade socioambiental atual. Essa relação será discutida no próximo tópico.

A DISCUSSÃO ATUAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Diante das observações contidas no referencial teórico, percebe-se a existência de uma grande problemática relativa ao conceito de desenvolvimento sustentável. Essa problemática diz respeito à utilização indiscriminada e ambígua do termo, que muitas vezes camufla as contradições expostas e não respondidas pelo modelo de desenvolvimento economicista. Quando os aspectos relacionados ao desenvolvimento são abordados, os processos inerentes ao crescimento econômico têm sido historicamente enfatizados, porém há de se considerar o quão complexo é o seu conceito. Não foi como mero recurso poético que Ki-Zerbo (2003, p. 173) escreveu que “os aspectos mais íntimos do desenvolvimento são quase impossíveis de definir e tocar, tal como felicidade, saúde e alegria”.

Ressalta-se ainda que o conceito de desenvolvimento sustentável é relativamente novo e que as discussões das últimas quatro décadas foram fundamentais para enfatizar a importância de se pensar em desenvolvimento de uma forma mais ampla, ética, justa e democrática. Daí a importância dos recorrentes debates e revisões em torno da problemática ambiental, que, segundo Portilho (2005), de uma ênfase no “ambientalismo público” na década de 1970, caracterizado pelas opções públicas pelo cuidado ambiental e afinidade dessa esfera com as organizações ambientalistas, passou para a ambientalização do setor empresarial, a partir da década de 1980.

Conforme aponta a autora, essa busca de muitas empresas de mudarem seus *status* de “vilão da ecologia” para “amigo do verde” ainda não foi a grande guinada das discussões ambientais. Isso ocorreria apenas no início de década seguinte, mais precisamente a partir da celebração dos vinte anos de Estocolmo, 1972, quando as Nações Unidas organizaram no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Rio 92 ou Eco 92, que popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável e denunciou os impactos ambientais do padrão de consumo baseado no estilo de vida da época.



De acordo com a autora, nesse período, aconteceu um novo deslocamento discursivo, em suas palavras: “dos problemas ambientais causados pela produção para os problemas ambientais causados pelo consumo” (PORTILHO, 2005, p. 51). A partir de então, as discussões ambientais mudaram de eixo, o consumo tornou-se uma temática indispensável, ou melhor dizendo, central para compreensão da crise ambiental instaurada.

Para a autora, esse deslocamento não somente coincide como pode ser elucidado a partir da transição ocorrida na estrutura e na organização da sociedade – da produção para o consumo. Quanto a essa mudança de paradigma, Portilho (2005) assevera que autores, como Douglas e Isherwood (1990), Miller (1997) e Souza Santos (1999), constataram que, diferente da sociedade pós-industrial, em que o lazer e o consumo são as atividades essenciais, os estilos de vida burguês e proletário estavam focalizados no desempenho no âmbito do trabalho.

Anterior a esse período, a eleição estratégica do denominado “consumo verde” era vista com considerável entusiasmo e ingênuo otimismo. Segundo Elkington (2001, p. 136), no emblemático guia para o consumidor verde, não seria necessária a redução drástica das compras a um mínimo “uma vez que ninguém deseja regredir a um modo de vida menos confortável, bastando compreender como as decisões de compra podem afetar o ambiente e decidir por produtos mais verdes”.

Esse padrão de consumo, travestido de consciência ambiental, resultou no surgimento da ecoprodução e da ecologia do consumo. Para Tavares (2013), os apelos ligados aos produtos ditos ecológicos jamais saíram do domínio do marketing do mercado produtivo. Esse marketing adjetivado de “verde”, da mesma forma que o tradicional, passou a investir no surgimento de novas demandas a partir da supervisão do capitalismo imaterial.

Para o autor, essa capitalização da natureza, a partir de uma aparência política e ecologicamente correta, só explicitaria a contradição do fenômeno do “consumo verde”, pois, na prática, as pessoas não querem participar de grandes renúncias que comprometam de alguma forma seus estilos de vida. Somente a substituição de bens e serviços por outros menos poluentes não seria suficiente na busca por uma sociedade sustentável.

Assim, uma vez revelado o fracasso do “consumo verde” no final da década de 1980, uma nova configuração para lidar com a crise ambiental passou a ser discutida. Isso aconteceu, segundo Maduro-Abreu (2010), a partir da elaboração e da aprovação da celebrada Agenda 21 na ECO 92. Nesse documento, houve o acréscimo do termo *consumo sustentável* de forma condicional à sustentabilidade do desenvolvimento. Para o autor, esse



novo paradigma trouxe uma perspectiva mais ampla para se pensar o consumo, ao contrário da proposta do consumo verde, que conferia ao indivíduo, quase que exclusivamente, o *status* de agente de transformação do modelo desenvolvimentista da época.

De acordo com Maduro-Abreu (2010), opostamente a essa, a nova proposta considera o consumo passível de regulação política, acentuando o papel do Estado no processo. O autor destaca que, na esfera do consumo sustentável, também há a compreensão de que o consumidor é importante na busca por transformações comportamentais. “O estado, as instituições, as empresas e os grupos sociais são entes precípuos para todo o processo, mas é insensato negligenciar o comportamento dos indivíduos, que, inclusive, integram aqueles entes” (MADURO-ABREU, 2010, p. 92).

Essa compreensão de responsabilidades mútuas também é apresentada por Portilho (2005). Ao abordar as tendências relativas ao consumo sustentável, a autora destaca a inclinação à ação política constituída a partir do entrelaçamento das esferas pública e privada. Concepção inversa ao dualismo anterior que ou entendia os consumidores como alienados ou enfatizava sua liberdade e poder. Para ela, a confluência entre vida pública e privada é o principal ambiente de operação das atividades de consumo e, conseqüentemente, fundamental para as discussões sobre o meio ambiente.

Apesar dessa expectativa de que o consumo possibilitaria a politização e a ambientalização da esfera privada, uma vez que criaria intercâmbios de informação e de aprendizagem cidadãs, ressalta-se que os impactos ambientais do padrão de consumo atual permanecem insustentáveis (PORTILHO, 2005). Na verdade, as pesquisas atuais demonstram que o consumo mundial permanece em expansão e o consumismo tem se tornado uma cultura cada vez mais global, segundo Maduro-Abreu (2010).

Diante do exposto, questiona-se: a sociedade de consumo atual permanecerá, na prática, alheia às questões coletivas? Ou, como observou o autor, os consumidores se tornarão cidadãos que buscarão soluções a partir de uma responsabilidade compartilhada com Estado, organizações sociais, instituições democráticas e produtores?

Essas são perguntas cujas respostas o tempo se encarregará em responder, entretanto há uma afirmação que, ao longo das discussões desta pesquisa, se tornou evidente – as contribuições da antropologia do consumo para compreensão da insustentabilidade socioambiental atual não são somente amplas como também são centrais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados, percebe-se que a expectativa desse estudo foi confirmada, pois as contribuições da antropologia do consumo para compreensão da insustentabilidade socioambiental atual apresentam-se amplas e, conseqüentemente, evidentes. Na verdade, constatou-se que as discussões ambientais mudaram de eixo discursivo, uma vez que o consumo é considerado atualmente uma temática essencial para compreensão da crise ambiental instaurada. Além disso, o estudo demonstrou um profundo entrelaçamento entre esses dois campos de pesquisa, haja vista as trocas indisciplinadas cada vez mais intensas entre cientistas sociais e ambientalistas.

Ainda convém ressaltar que o estudo apresentou uma análise sistemática das contribuições teóricas mais relevantes sobre as temáticas antropologia do consumo e desenvolvimento sustentável. Nessa análise, ficou explícito que a revisão da literatura das principais linhas interpretativas dessas áreas apresenta uma multiplicidade de interpretações e controvérsias. Isso realçou suas características ambíguas e conflituosas, e, conseqüentemente, evidenciou a necessidade de abordar as temáticas sem as comprovadas generalizações existentes.

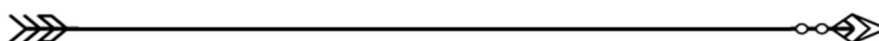
Contudo, devem-se reconhecer as limitações deste estudo que se concentra na proposta metodológica. Por ser uma revisão bibliográfica, o estudo amplia as contribuições do enfoque teórico, porém não oferece recortes empíricos de um cenário social complexo envolvendo os diversos atores sociais. Levando em consideração esse aspecto, sugere-se a realização de uma pesquisa de campo a partir das discussões teóricas construídas.

Por fim, ressalta-se que a insustentabilidade ambiental atual configura um cenário crítico sem precedentes e que, apesar da ampliação dos estudos sobre essa indigesta realidade, a sociedade de consumo, o Estado e as organizações ainda não adotaram atitudes concretas suficientes para reverter essa situação. Infelizmente, enquanto não houver a consciência de que a humanidade precisa participar de grandes renúncias que, a contragosto, comprometeriam de alguma forma seu estilo de vida, será passivelmente observada a ruína do “nosso lar”.



REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- BARBIERI, J. C. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **Administração MACKENZIE**, São Paulo, v. 12, n. 3, Edição Especial, p. 51-82, 2011.
- BARBOSA, L.; GOMES, L. **Projeto apresentado CNPQ e ao British Council sobre consumo e identidade**. Rio de Janeiro, 2000.
- BARBOSA, L. O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas. In: BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (Org.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 21-44.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BOURDIEU, P. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Les Editions de Minuit, 1979.
- CAMPBELL, C. Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno. In: BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (Org.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 47-64.
- CARVALHO, I. C. M. Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos. **Série Registros**, n. 9, p. 1-56. São Paulo: Instituto Florestal, Secretaria do Meio Ambiente, 1991.
- CLARKE, D. B.; MARCUS, D. A.; HOUSIAUX, K. M. L. **The consumption reader**. London: Routledge, 2003.
- DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **El mundo de los bienes: hacia una antropología del consumo**. México: Grijalbo, 1990.
- _____. **The World of Goods**. Londres: Allen Lane, 1978.
- DUARTE, A. A antropologia e o estudo do consumo: revisão crítica das suas relações e possibilidades. **Etnográfica**, v. 14, n. 2, p. 363-393, 2010.
- EDDINE, S. C.; VETTORAZZI, K. M.; FREITAS, V. P. **Consumo e sustentabilidade: desafios para uma nova atitude ecológica**. XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília, 2008.
- ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001. v. 1.
- FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.



KI-ZERBO, J. **A quando P'Afrique?** Entretien avec René Holenstein, Editions de 1 Aube, La tour d Aigues, 2003.

LATOUCHE, S. **Petit Traité de ladécroissancesereine**. Paris: Mille et un Nuits, 2007.

LEFF, E. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: REIGOTA, M. (Org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 111-129.

LIMA, G. F. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 6, n. 2, 2003.

MADURO-ABREU, A. **Valores, consumo e sustentabilidade**. 2010. 224 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974. p. 1923-24. v. II.

MILLER, D. Consumption and commodities. **Annual Reviews Anthropology**, 24: 141-161, 1995.

_____. Could shopping ever really matter? In: FALK, P.; CAMPBELL, C. (Ed.). **The shopping experience**. London: Sage, 1997. p. 31-55.

_____. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

NOSSO FUTURO COMUM. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991. Disponível em: <<http://migre.me/bGpXm>>. Acesso em: 8 nov. 2011.

PORTILHO, F. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 3, p. 1-12, 2005.

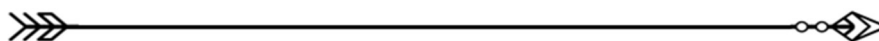
SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentando**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAWYER, D. Economia verde e/ou desenvolvimento sustentável? Política Ambiental. **Economia Verde: Desafios e Oportunidades**, Belo Horizonte, n. 8, p. 36-42, jun. 2011.

SCHAMA, S. **O desconforto da riqueza**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

SOUZA SANTOS, B. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.



TAVARES, F.; IRVING, M. A. Sustentabilidade líquida: ressignificando as relações entre natureza, capital e consumo em tempos de fluidez. **Revista Espaço Acadêmico – UEM**, v. 13, n. 151. p. 1-11, 2013.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: Senac, 2010.

VIZEU, F. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, set. 2012.

